

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.656.314 - GO (2017/0041102-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**RECORRENTE** : MARIA ELZA DE JESUS SOUZA  
**ADVOGADO** : ANTONIO DIURIVÊ RAMOS JUBÉ PEDROZA E OUTRO(S) -  
GO017630  
**RECORRIDO** : MUNICIPIO DE ITAPACI  
**ADVOGADO** : RUBENS FERNANDO MENDES DE CAMPOS E OUTRO(S) -  
GO008198

**EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 535 DO CPC/1973. NÃO OCORRÊNCIA. AFRONTA AO ARTIGO 557 DO CPC/1973. DECISÃO MONOCRÁTICA SUPERADA PELA MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO COLEGIADO. OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO A FUNDAMENTO CONTIDO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 283/STF. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, NÃO PROVIDO.**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, “a”, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, assim ementado (fl. 184):

AGRAVO REGIMENTAL NO DUPLO GRAU E APELAÇÃO CÍVEL. INEXISTÊNCIA DE FATOS NOVOS. IMPROVIMENTO DO RECURSO.

Não demonstrando a agravante nenhum fato novo ou argumentação suficiente para acarretar a modificação da linha de raciocínio adotada na decisão monocrática, impõe-se o improvimento do agravo regimental.

AGRAVO REGIMENTAL CONHECIDO E IMPROVIDO.

Embargos de declaração rejeitados.

A recorrente alega violação do artigo 535, II, do CPC/1973, ao argumento de que a Corte de origem não se manifestou a respeito de pontos importantes ao deslinde da controvérsia, em especial a necessidade do julgamento colegiado do recurso de apelação.

Quanto às questões de fundo, sustenta que o julgamento realizado pelo Tribunal de origem não observou a hipótese autorizativa do artigo 557, § 1º-A, do CPC/1973. Aduz, ainda, afronta aos artigos 2º, *caput* e § 2º, da Lei 11.738/2008, 61, 62, 64 e 67, § 2º, da Lei 9.394/1996 defendendo, em suma, o reconhecimento do seu direito à percepção do piso nacional salarial do magistério público.

Sem contrarrazões.

Juízo positivo de admissibilidade às fls. 285-287.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente, registra-se que “[a]os recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos

os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (Enunciado Administrativo n. 2, aprovado pelo Plenário do Superior Tribunal de Justiça em 9/3/2016)".

Dito isso, afasta-se a alegada violação do artigo 535 do CPC/1973, porquanto o acórdão recorrido manifestou-se de maneira clara e fundamentada a respeito das questões relevantes para a solução da controvérsia. A tutela jurisdicional foi prestada de forma eficaz, não havendo razão para a anulação do acórdão proferido em sede de embargos de declaração.

De outro lado, consigno que a teor da jurisprudência desta Corte, eventual afronta ao artigo 557 do CPC/1973, calcada na ofensa ao princípio da colegialidade, não subsiste se apreciado o recurso cabível pelo órgão julgador competente, o que, evidentemente, ocorreu na espécie.

A propósito:

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ALEGADA VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA QUANTO À MATÉRIA. POSSIBILIDADE, EM TAL HIPÓTESE, DE O RELATOR DA CAUSA DECIDIR, MONOCRATICAMENTE, A CONTROVÉRSIA JURÍDICA. AUXÍLIO-ACIDENTE. RENDA MENSAL INICIAL. ARTS. 86, § 1º, E 29, II, DA LEI 8.213/91. ACIDENTE OCORRIDO NO PRIMEIRO MÊS DE TRABALHO. SALÁRIO-DE-BENEFÍCIO CORRESPONDENTE AO SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO DO PRIMEIRO MÊS DE TRABALHO. PRECEDENTES DO STJ. ART. 35 DA LEI 8.213/91. INAPLICABILIDADE, NO CASO. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

I. Não há se falar em inobservância ao princípio da colegialidade, quando a decisão do Relator adota orientação que reflete a jurisprudência dominante desta Corte, que prescinde de que todos os órgãos competentes tenham proferido decisão a respeito do tema. Precedentes.

II. Ademais, é pacífico o entendimento desta Corte no sentido de que "está superada eventual ofensa ao art. 557 do Código de Processo Civil pelo julgamento colegiado do Agravo Regimental interposto contra a decisão singular do Relator" (STJ, AgRg no REsp 1.429.068/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 22/04/2014).

III. Somente à falta de comprovação do salário-de-contribuição, no período básico de cálculo, deverá ser concedido o benefício no valor do salário-mínimo, sendo, a todo modo, recalculada esta renda, quando da apresentação de prova dos salários-de-contribuição, nos termos do art. 35 da Lei 8.213/91. Portanto, no caso de o acidente de trabalho ocorrer no primeiro mês de contribuição do segurado, o salário-de-benefício será o salário-de-contribuição do mês do acidente. Precedentes do STJ: AgRg no AREsp 52.090/SP, Rel. Ministra ALDERITA RAMOS DE OLIVEIRA (Desembargadora Convocada do TJ/PE), SEXTA TURMA, DJe de 12/06/2013; REsp 1.159.708/RS, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe de 06/12/2012.

IV. Agravo Regimental não provido (AgRg no AREsp 142.248/SP, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 20/5/2015).

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REVISÃO DO BENEFÍCIO AUXÍLIO-ACIDENTE. VIOLAÇÃO DO ARTIGO

557, § 1º-A, DO CPC. NÃO CARACTERIZAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. De acordo com o art. 557 do CPC é possível ao Relator decidir o recurso, com fundamento na jurisprudência dominante, de forma monocrática, não ofendendo, assim, o princípio da colegialidade. Ademais, consoante orientação do STJ, a confirmação de decisão monocrática de relator pelo órgão colegiado supera eventual violação do art. 557 do CPC.

2. Agravo regimental não provido (AgRg no AREsp 668.449/SP, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 7/5/2015).

Quanto ao mais, a atenta leitura das razões da exordial da ação de cobrança ajuizada na origem pela ora recorrente demonstra que esta pretende, em verdade, obter a equiparação salarial com os professores da rede municipal de ensino.

Sob esse aspecto, o Juízo *a quo* julgou procedentes os pedidos da autora e, ao dar provimento ao recurso de apelação interposto pelo ente público, o Tribunal de origem assim manifestou-se (fls. 178-180):

[...]

Além disso, a mera obtenção de titulação acadêmica para o exercício do cargo de docente não implica em automático acesso do servidor (monitor de creche) que o conquista, pois para que alguém ocupe o cargo de docente é preciso que seja previamente aprovado em concurso público (artigo 67, inciso I da Lei 9.397/1996).

Registro, ainda, que as atribuições e responsabilidades atribuídas ao docente (professor) são de maior amplitude do que aquelas atribuídas aos monitores de creche, que apresentam nítido caráter recreativo, e não se confundem com aquelas outras exercidas pelos professores, pois enquanto o dever de educar é a todos imposto, inclusive aos pais, ao docente compete ministrar aulas zelar pela integridade física e mental dos educandos sob os seus cuidados, impondo-lhes regras de disciplina.

[...]

Na hipótese vertente, conforme já explicitado, tem-se que a atividade de professor infantil municipal se reveste de outra classificação de cargo o que, por si só, já impede a equiparação pretendida.

[...]

Ocorre que a recorrente não impugnou a referida fundamentação nas razões do recurso especial que, por si só, assegura o resultado do julgamento ocorrido na Corte de origem e torna inadmissível o recurso que não a impugnou. Aplica-se ao caso a Súmula 283/STF.

Ante o exposto, **conheço parcialmente do recurso especial** e, nessa extensão, nego-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 15 de fevereiro de 2019.

Ministro BENEDITO GONÇALVES  
Relator